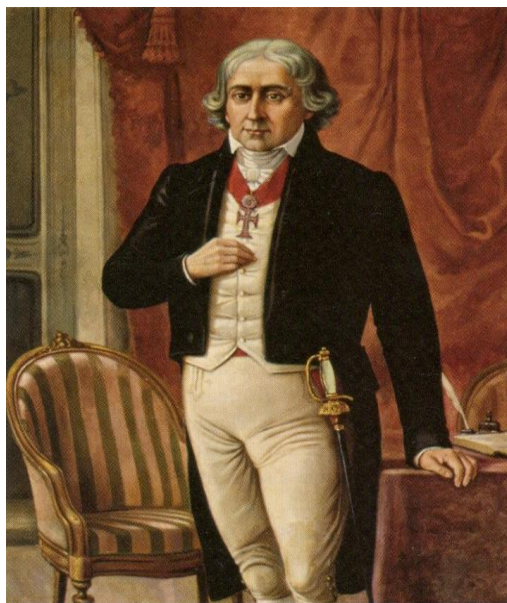


O processo de independência do Brasil e o Primeiro Reinado (1822-1831)

Resumo



José Bonifácio, patrono da independência.

A independência do Brasil ocorreu no contexto da Revolução Liberal do Porto, deflagrada em Portugal. Com as exigências da população portuguesa pelo retorno D. João VI e a recolonização do 'Brasil', este acaba por retornar à Lisboa. Como não era de interesse das elites brasileiras o retorno da dominação colonial, ocorreu uma aliança com D. Pedro para a Proclamação da Independência.

Após o ano de 1822, D. Pedro teve uma grande dificuldade em consolidar a independência do Brasil, já que sofria grande oposição interna. O período de 1822 à 1831 foi marcado por uma grande turbulência política e social que marcou o Primeiro Reinado no Brasil. As revoltas contra a independência do Brasil começaram antes mesmo do 7 de setembro. No Norte e Nordeste, militares, políticos e civis portugueses não reconheciam o governo independente chegando ao enfrentamento armado nas províncias do Grão Pará, Maranhão, Piauí e Bahia.

Não bastava, no entanto, solucionar os desentendimentos provinciais. Para que o Brasil tivesse condições de estabelecer um Estado autônomo e soberano, era fundamental que outras importantes nações reconhecessem a sua independência. Em 1824, buscando cumprir sua política de aproximação com as outras nações americanas, os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil.

Era fundamental, além disso, que Portugal, na condição de antiga metrópole, reconhecesse o surgimento da nova nação. Nessa conjuntura, a Inglaterra apareceu como intermediadora diplomática que viabilizou a assinatura de um acordo. Para tal, o Brasil assumiu o pagamento de uma indenização de dois

milhões de libras esterlinas para Portugal. Na prática, a dívida lusa com a Inglaterra foi transferida para o Brasil.

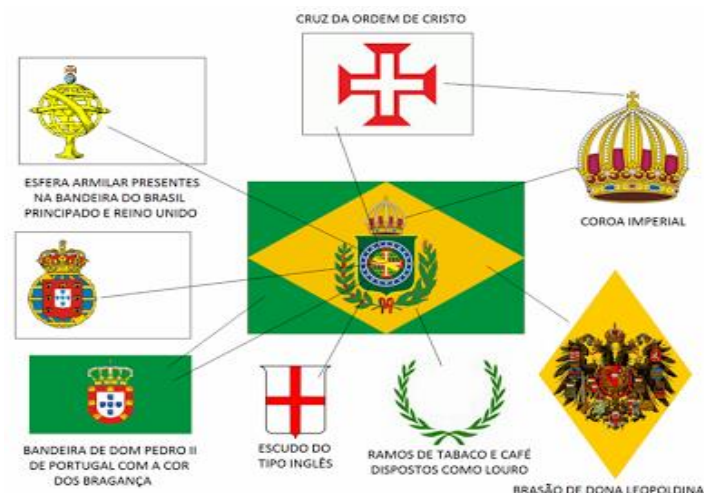
Em 1823, convocou-se a Assembleia Constituinte para a elaboração de uma constituição. Descontente com o projeto constitucional elaborado – que limitava seus poderes - o recém-coroadado Imperador dissolveu o plenário e convocou dez conselheiros próximos para a confecção da constituição. Esta foi outorgada, ou seja, imposta, em 25 de março de 1824.

A constituição era autoritária. Além dos três poderes (legislativo, judiciário e executivo), D. Pedro I criou um quarto poder, o Moderador, onde ele poderia intervir em todos os outros poderes e em qualquer esfera. Esta constituição inseriu também o voto censitário: somente homens, maiores de vinte e cinco anos, alfabetizados e livres. Para ser candidato à senador ou deputado era necessária a comprovação de renda (400.000 réis por ano para deputado federal e 800.000 réis para senador). Os cargos de deputados eram temporários e os de Senador e Conselheiros de Estado eram vitalícios. A constituição, além disso, instituía o Catolicismo como religião oficial (tolerava os outros cultos desde que domésticos ou em templos descaracterizados) e o padroado dava direito de o imperador nomear cargos eclesiásticos.

Em 1824, eclodiu a Confederação do Equador, um movimento republicano separatista entre as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, profundamente insatisfeitas com as políticas centralizadoras do imperador. O movimento era composto pela classe média urbana e pelos fazendeiros locais, mas com o desenrolar dos eventos ganhou apoio popular. O movimento foi rapidamente sufocado pelas tropas imperiais.

Na Guerra da Cisplatina D. Pedro teve uma derrota militar que, não bastasse isso, onerou os cofres do país recém independente. A região reivindicava a sua autonomia, mas enfrentava a resistência do imperador. D. Pedro I enviou tropas para a região, mas, sem sucesso, cedeu a independência em 1828.

Esse cenário – somado a crise econômica, com o declínio da economia açucareira - desgastou imagem do imperador. Somado a isso, um dos grandes opositores do governo – o jornalista Libero Badaró – foi assassinado, gerando desconfianças em relação a D. Pedro I. Além disso, a morte de D. João VI em Portugal iniciou uma crise sucessória, visto que D. Pedro seria o herdeiro do trono. No retorno de uma viagem a Minas Gerais para conseguir apoio dos fazendeiros, o imperador foi recebido por seus partidários portugueses com uma festa no Palácio, os brasileiros insatisfeitos, iniciaram protestos violentos e chegaram a arremessar garrafas contra D. Pedro. Esse episódio ficou conhecida como **“Noite da Garrafadas”**, o estopim de crise política que levou a abdicação.



Simbolologia da Bandeira Imperial do Brasil.

Sem nenhuma condição de continuar no trono devido ao desgaste de seus atos, o imperador abdicou do governo, em 7 de abril de 1831 deixando seu filho Pedro de Alcântara como sucessor do trono. Este, contudo, tinha somente cinco anos, o que levou a nomeação de regentes para a administração do império inaugurando o Período Regencial.

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

1. A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:
 - a) consubstanciou os ideais propostos na Confederação do Equador.
 - b) instituiu a monarquia como forma de governo, a partir de amplo movimento popular.
 - c) propôs, a partir das idéias liberais das elites políticas, a extinção do tráfico de escravos, contrariando os interesses da Inglaterra.
 - d) provocou, a partir da Constituição de 1824, profundas transformações na estruturas econômicas e sociais do País.
 - e) implicou na adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

2. A organização do Estado brasileiro que se seguiu à Independência resultou no projeto do grupo:
 - a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.
 - b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.
 - c) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.
 - d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.
 - e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

3. “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país”
Nabuco de Araújo, 1868.

Com base no discurso de Nabuco de Araújo, é possível apontar como importantes características do sistema político do Império do Brasil:

- a) a harmonia e a independência existente entre os poderes Legislativo, Executivo e Moderador;
- b) o papel central exercido pelo Imperador, por intermédio do Poder Moderador, para a formação do governo;
- c) a adoção de um regime parlamentarista clássico, no qual a formação do governo advém exclusivamente da vontade da maioria do Parlamento;
- d) o estabelecimento de relações políticas com base no pacto definido no texto constitucional entre o poder central e os estados federados;
- e) a adoção de um sistema eleitoral baseado no princípio do sufrágio universal, o que fez com que

4. A situação econômica e social do Brasil, após o movimento de independência, em 1822, pode ser descrita da seguinte forma:
- a) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação aos EUA e sofreu profundas mudanças na estrutura social.
 - b) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal, adquirindo liberdade política e social.
 - c) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à Inglaterra, não alterando sua estrutura social colonial.
 - d) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à França, alterando sua estrutura social colonial.
 - e) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal e não modificou sua estrutura social colonial.
5. Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:
- a) pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros.
 - b) porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da independência dos Estados Unidos.
 - c) como consequência do processo político desencadeado pela instalação da corte portuguesa na colônia.
 - d) pelo fascínio que a pompa e o luxo da corte monárquica exerciam sobre os colonos.
 - e) em oposição ao regime republicano português implantado pelas cortes.
6. O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi devido principalmente:
- a) à mediação da França e dos Estados Unidos e à atribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D. João VI.
 - b) à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra.
 - c) à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes Portuguesas.
 - d) à mediação da Inglaterra e à transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido.
 - e) à mediação da Santa Aliança e ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

7. A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, apresentava uma novidade em relação às monarquias constitucionais existentes no Ocidente: a existência de um quarto poder, o Poder Moderador, idealizado pelo pensador liberal suíço Henri-Benjamim Constant de Rebecque, mas que na prática funcionava de maneira oposta à que ele havia concebido. Sobre as características do Poder Moderador criado pela Constituição de 1824, é CORRETO afirmar que ele assegurava:
- a) a liberdade de imprensa no país.
 - b) o equilíbrio entre os demais poderes.
 - c) a participação do povo nas eleições.
 - d) o controle dos órgãos do Estado pelo Imperador.
 - e) a igualdade de todos perante as leis.
8. Qual o papel conferido ao Imperador pela Constituição de 1824?
- a) Subordinação ao poder legislativo.
 - b) Instrumento da descentralização político e administrativa.
 - c) Chave de toda a organização política.
 - d) Articulador da extinção do Padroado.
 - e) Liderança do Partido Liberal.
9. A Confederação do Equador, movimento que eclodiu em Pernambuco em julho de 1824, caracterizou-se por:
- a) ser um movimento contrário às medidas da Corte Portuguesa, que visava favorecer o monopólio do comércio.
 - b) uma oposição a medidas centralizadoras e absolutistas do Primeiro Reinado, sendo um movimento republicano.
 - c) garantir a integridade do território brasileiro e a centralização administrativa.
 - d) ser um movimento contrário à maçonaria, clero e demais associações absolutistas.
 - e) levar seu principal líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, à liderança da Constituinte de 1824.

- 10.** Teve razão Otoni ao afirmar que o 7 de abril fora uma 'jornada dos logrados'. Sim, logrado foi o povo, são as massas vendo que tinham lutado para os outros, constatando que as reformas por que aspiravam continuavam no mesmo lugar: esquecidas depois da vitória como antes dela.

Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*

Devemos relacionar o texto com:

- a) A Inconfidência Mineira.
- b) A Independência do Brasil.
- c) A Abdicação de D. Pedro I.
- d) A Proclamação da República.
- e) A Revolução de 1930.

Gabarito

1. **E**
Como grupo que patrocinou e se movimentou para a independência, a ordem escravista e monárquica foi mantida. A independência não causou grandes transformações sociais.
2. **A**
O projeto centralizador e unitário foi mantido, muito embora ganhasse uma roupagem liberal, com a manutenção, por exemplo, dos três poderes (que na prática eram reprimidos pelo poder moderador).
3. **B**
O poder moderador vai ser motivação de grande insatisfação, já que justificava os arbítrios de D. Pedro I.
4. **C**
A esfera de dominação em cima do Brasil mudou de Portugal para a Inglaterra, esse cenário vinha sendo montado desde a abertura dos portos em 1808.
5. **C**
A escolha pela monarquia deveu-se primeiramente ao príncipe regente ter declarado a independência, como outros fatores a elite dominante do Sudeste desejava manter a ordem escravocrata, centralizadora e unitária.
6. **D**
A mediação da Inglaterra foi essencial para a independência pacífica, que detinham interesses econômicos no Brasil.
7. **D**
A criação do Poder Moderador não era nada liberal, já que D. Pedro poderia intervir nos poderes anulando a interdependência entre eles.
8. **C**
O poder moderador conferia ao imperador uma liberdade de intervenção nos outros poderes, ou seja, foi uma medida centralizadora e autoritária.
9. **B**
A insatisfação com a falta de autonomia provincial foi um dos principais motivos do movimento, assim como com o autoritarismo de D. Pedro II, que dissolveu a constituinte de 1823.
10. **C**
A abdicação D. Pedro I teria sido, segundo Caio Prado, uma vitória contra o autoritarismo e em favor dos anseios populares.